



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/10/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. POSSE.....	2 - 3
1.3. RECONHECER É AMAR!.....	4
2. JORNAL AQUI	
2.1. SELETIVOS.....	5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. POSSE.....	6
3.2. SELETIVOS.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8 - 11
4.2. COMARCAS.....	12
4.3. CORREIÇÕES.....	13
4.4. JUÍZES.....	14
4.5. VARA CRIMINAL.....	15
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. JUÍZES.....	16
5.2. SELETIVOS.....	17
5.3. VARA CRIMINAL.....	18
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. SELETIVOS.....	19
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	20
7.2. DECISÕES.....	21 - 23
7.3. DESEMBARGADORES.....	24
7.4. JUÍZES.....	25
7.5. POSSE.....	26
7.6. SELETIVOS.....	27 - 28

TJMA define critérios para preenchimento de vaga de juiz em casos atípicos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou enunciado que define os critérios a serem adotados em casos atípicos, quando um juiz de entrância intermediária, porém atuando em entrância inicial, for removido para outra comarca.

A decisão estabelece que, em havendo remoção antes de promoção por merecimento, e a comarca do removido for de entrância inicial, não haverá nova remoção antes da promoção para nova comarca a ser provida por merecimento.

O TJMA chegou a este entendimento depois de indeferir pedido de impugnação da Associação

dos Magistrados do Maranhão. A AMMA pretendia que fosse dada oportunidade de remoção a magistrados interessados na vaga de juiz da 2ª Vara da comarca de São José de Ribamar, de entrância intermediária, antes que fosse preenchida pelo critério de promoção por merecimento.

Por maioria de votos prevaleceu o entendimento do presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior (e também relator), segundo o qual o deferimento do pedido da AMMA implicaria na “remoção de remoção”, vedada por norma do Regimento Interno do tribunal.

Pág. 3

Ticiany Gedeon toma posse na 2ª Vara de Ribamar

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, titular da comarca de Morros, tomou posse na 2ª Vara de São José de Ribamar (entrância intermediária), para onde foi promovida por merecimento. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a juíza, assinaram o ato quarta-feira (3). Ticiany Gedeon foi promovida em sessão administrativa do TJMA.

Ticiany Gedeon toma posse na 2ª Vara de Ribamar

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, titular da comarca de Morros, tomou posse na 2ª Vara de São José de Ribamar (entrância intermediária), para onde foi promovida por merecimento. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a juíza, assinaram o ato quarta-feira (3).

Ticiany Gedeon foi promovida em sessão administrativa do TJMA, após disputa com os juízes Paulo de Assis Ribeiro (Guima-

rães), Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues (Raposa), Edeuly Maia Silva (Anajatuba), Edilza Barros Ferreira Lopes Viegas (Icatu) e Lucio Paulo Fernandes Soares (Humberto de Campos). Venceu a lista tríplice formada pelos juízes Paulo de Assis Ribeiro e Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues.

A vaga em Ribamar estava aberta com a promoção da juíza Teresa Cristina de Carvalho Mendes para juiz auxiliar de entrância final (São Luís).

"Reconhecer é Amar!": 25 audiências realizadas pela 1ª Vara de Família

Resultado positivo na primeira sexta-feira de audiências concentradas de reconhecimento de paternidade. A ação foi realizada na última sexta (28), pela 1ª Vara da Família, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça e com o Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Desembargador Sarney Costa. O esforço integra as ações do projeto "Reconhecer é Amar!", da CGJ-MA, que, principalmente, incentiva o reconhecimento voluntário de paternidade. Das 26 audiências designadas pelo magistrado José de Ribamar Castro, decorrentes de indicações de reconhecimento de paternidade, feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos, no posto, instalado no Fórum de São Luís, 25 foram realizadas. No total foram dois reconhecimentos espontâneos de paternidade, 10 exames de DNA designados e 13 encaminhamentos (quando uma das partes não compareceu). Foi registrada, ainda, uma desistência de solicitação. O juiz José de Ribamar Castro ressalta a importância do reconhecimento de paternidade. "É um direito constitucional da criança ser juridicamente registrada pelos pais. Por este motivo, a Justiça do Maranhão abraçou esta nobre causa", declara.



Juiz Ribamar Castro em audiência

▷ MARANHÃO

TJMA abre concurso para juiz e oferece 31 vagas

O TJMA lançou concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual. O certame será coordenado pelo Cespe/UnB. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início em 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candi-

datos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

A seleção ocorrerá em seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental.

2ª VARA DE RIBAMAR

Sessão administrativa promove posse de Juíza



A juíza Ticiany Gedeon assume comarca de Ribamar

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, titular da comarca de Morros, tomou posse na 2ª Vara de São José de Ribamar (entrância intermediária), para onde foi promovida por merecimento. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e a juíza, assinaram o ato na quarta-feira (3).

Ticiany Gedeon foi promovida em sessão administrativa do TJMA, após disputa com os juízes Paulo de Assis Ribeiro (Guimarães), Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues (Raposa), Edeuly Maia Silva (Anajatuba), Edilza Barros Ferreira Lopes Viegas (Icatu) e Lucio Paulo Fernandes Soares

(Humberto de Campos). Venceu a lista tripla formada pelos juízes Paulo de Assis Ribeiro e Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues.

A vaga em Ribamar estava aberta com a promoção da juíza Teresa Cristina de Carvalho Mendes para juiz auxiliar de entrância final (São Luís).

CARREIRA - Ticiany Gedeon exerceu a função de juíza auxiliar em várias comarcas. Foi titularizada em 2008, em São Domingos do Maranhão e passou por Monção e Morros, onde ficou até a atual promoção.

O presidente Guerreiro Júnior parabenizou a magistrada, e a ela desejou sucesso no novo desafio na magistratura.

31 VAGAS

TJ lança concurso para juiz de Direito substituto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo CESPE/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado quarta-feira (3) pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150,00. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos.

O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.

Livro reúne testamentos dos séculos XVIII e XIX

Obra integra acervo do TJMA. **Alternativo 1**



Testamentos que narram a história

Registros de Testamentos, do acervo de obras raras do Tribunal de Justiça do Maranhão, traz relatos dos séculos XVIII e XIX; documentos serão restaurados e publicados

Danielle Calvet
Especial para o Alternativo

17 de fevereiro de 1800. Em São Luís, Aleixo Dias da Serra expressa as últimas vontades em testamento - prática rotineira das famílias nobres dos séculos XVIII e XIX.

Declara ser casado na igreja, dono de dois escravos e de duas casas. Como homem de posses, Aleixo não quer ser enterrado no cemitério (até então reservado a pobres e escravos), mas na igreja, privilégio apenas concedido aos nobres. Para salvar a sua alma, determina quantas missas devam ser rezadas.

À primeira vista, o testamento não difere dos demais daquele momento histórico, contudo um detalhe invulgar o torna especial: Aleixo era um ex-escravo. Como Aleixo Dias da Serra conseguiu ascender socialmente, por enquanto ainda é mistério.

O testamento do negro notável, nascido em São Luís, e à frente de sua época (a Abolição da Escravatura só aconteceria em 1888), é uma das relíquias do *Registros de Testamentos* (1751 a 1865), que integra o acervo de obras raras da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

São 72 códices manuscritos - contendo em média 600 páginas - únicos e originais que, por meio do Projeto de Transcrição e Organização do Acervo Histórico do Tribunal de Justiça do

Maranhão, passam por um processo de leitura, transcrição e organização. Mais tarde, serão publicados, de acordo com projeto já definido pelo tribunal.

"Esse conjunto de documentos sob a guarda do Judiciário representa importante fonte de conhecimento e cultura. Eles vão contribuir decisivamente para revelar nuances originais da história e da memória do Maranhão", afirma o desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do TJMA.

O projeto tem início com a leitura paleográfica e transcrição dos códices manuscritos de testamentos. Após a correção desse material serão elaborados inventários de pesquisa. A organização e disponibilidade desse vasto e inédito manancial de pesquisas históricas vão facilitar o trabalho de busca de pesquisadores e usuários da biblioteca.

"Com a transcrição e divulgação desses testamentos, o Tribunal de Justiça presta um serviço à sociedade maranhense, à medida que permite o acesso de documentos raríssimos a pesquisadores e interessados", destaca o desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista e Jurisprudência e Biblioteca do Judiciário estadual.

Os testamentos representam valiosa fonte para a reconstituição da memória de uma cidade, e, até mesmo, para a construção da história do próprio país. "Retratar o contexto histórico de épo-

ca, pela análise do comportamento de grupos sociais em seus aspectos culturais, ideológicos e políticos é de suma importância. Ao entendermos o passado, também compreendemos o que vivenciamos no presente", avalia a coordenadora da Biblioteca do TJMA, Cintia Andrade.

A historiadora Arlindyane Santos, responsável pela transcrição dos manuscritos, afirma que nesses documentos é possível analisar os comportamentos políticos, sociais, econômicos, familiares; as mentalidades, as religiosidades, o poder, as fortunas, e outros aspectos da vida em sociedade.

Segundo a historiadora, os testamentos são testemunhos de uma época fundamental para o Maranhão, quando ocorreram mudanças significativas nos cenários econômico e político. "Os testamentos, apesar de serem relatos individuais, expressam modos de viver coletivos e certificam sobre as condutas, se não de toda a sociedade, mas de grupos sociais mais específicos", acrescenta.

Contexto histórico - Na segun-

da metade do século XVIII, com o começo da Revolução Industrial inglesa, as exportações de algodão alcançaram forte crescimento, o que contribuiu para a prosperidade econômica e o aumento da população.

Em 1755 é fundada a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará, e o porto de São Luís ganha extraordinária agitação com a chegada e saída de produtos.

É nesse contexto de crescimento econômico que os testamentos analisados foram redigidos. O objetivo mais evidente das peças era destinar os bens adquiridos aos herdeiros em ascensão.

Estrutura dos testamentos - A intenção do testador (o dono do testamento) era garantir o cumprimento das últimas vontades, não só no campo dos bens materiais. A ele também interessa, na maioria dos casos, pugnar pela salvação da alma.

A redação do testamento é, no século XVIII, considerada prática de devoção e de preparação para uma boa morte. O testador pretende resolver assuntos terrenos, destinar os bens dignamente e garantir a salvação pela celebração de missas e pelas rezas dos vivos pela sua alma, garantidas, é certo, pela doação de esmolas à Igreja Católica.

O testamento em geral principia com a invocação "Em no-

me da Santíssima Trindade, Pai, Filho, Espírito Santo" seguida do nome e da filiação do testador. Continua com a encomendação da alma a Deus, à Maria e aos santos de devoção, e com a declaração de que se encontra em seu perfeito e são juízo.

São determinados detalhes quanto ao enterro, ao número de acompanhantes e à natureza da cerimônia religiosa. O testamento termina com a fórmula de aprovação redigida pelo tabelião.

Naquele tempo era costume enterrar os mortos da nobreza nas igrejas. "A maioria das pessoas ricas pedia para ser enterrada na igreja; quanto mais próximo do púlpito, maior a chance de ir para o céu." exemplifica Arlindyane. Contudo, com o tempo a prática foi banida devido à proliferação de doenças e falta de higiene característica desse tipo de sepultamento.

"O costume de sepultamento nas igrejas fazia parte dos mecanismos de uma 'boa morte' e as primeiras proibições contra os enterramentos nos templos datam da década de 20 do século XIX", explica o historiador Carlos Henrique da Silveira.

Raridades - Entre as raridades de *Registros de Testamentos* encontra-se o testamento de Fellipe Marques da Silva (1748-1801), ca-

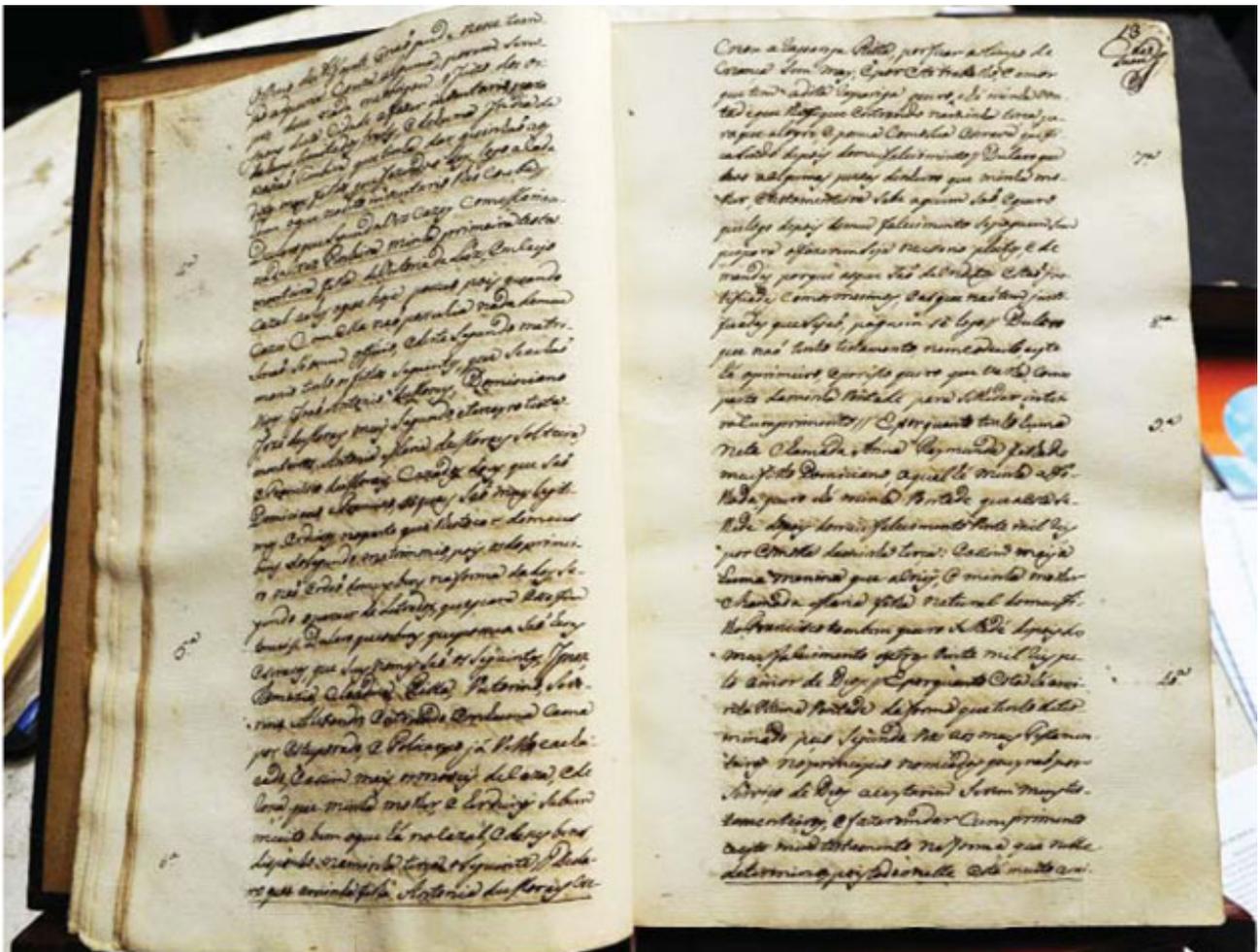
pitão, fidalgo cavaleiro da Casa Real. Batizado com o nome de seu avô materno, Fellipe é filho de Antonio Gomes de Souza, de quem procede a importante família Gomes de Souza, estabelecida no Maranhão do século XVII.

Proprietário da Fazenda São Filipe, na Ribeira do Itapecuru, deixou testamento com data de 28 de janeiro de 1801. No documento, ele deixa uma fortuna de 12 contos e 554 mil réis, destinada a filhos e familiares, a escravos (para alforria) e esmolas aos pobres. Fellipe foi casado com a prima Ignácia Maria Freire Belfort, cujo testamento é resgatado na obra transcrita.

Fellipe era tio de Ignácio José Gomes de Sousa, construtor do Solar Gomes de Sousa, na Rua do Sol, em São Luís, atual Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Mais

Outras obras de fundamental valor histórico compõem o acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão, a exemplo de *O Código Phillipino* (1603), *Novellas de Justiniano e Coleção de Leis do Império do Brasil* (a partir de 1750), *Registro de Títulos de Desembargadores* (1813) e *Le Livre du Digeste*.



Manuscrito de testamento datado de 1781 é um dos documentos que se encontram no acervo do Tribunal de Justiça do Maranhão

Comitiva do Judiciário vai ao interior do estado visitar obras de prédios

Grupo liderado pelo corregedor Cleones Cunha foi a Matões, Parnarama e Timon

MATÕES - O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, aproveitou sua passagem pela Comarca de Matões para conferir a construção do novo fórum da comarca. Os juízes Dennys Carneiro dos Santos (São Francisco do Maranhão), José Elismar Marques (Coelho Neto, respondendo por Matões) e Simão Pereira e Silva (4ª Vara de Timon) acompanharam o corregedor na visita.

"Matões contará com um fórum espaçoso e moderno, onde o cidadão se sentirá mais confortá-

tável. É mais uma comarca recebendo os investimentos do Judiciário maranhense, em busca de prestação jurisdicional com mais qualidade, oferecendo melhores condições de trabalho aos seus servidores e magistrados", declarou o corregedor.

A previsão de conclusão da obra é dezembro deste ano. Após as eleições, a comarca também terá um novo juiz: Dennys Carneiro dos Santos, que acompanhou o corregedor na visita. Ele é titular da Comarca de São Domingos do Maranhão, e já foi removido para Matões.

Além de inspecionar a Comarca de Matões, Cleones Cunha esteve nas comarcas de Parnarama - também para inspeção - e na de Timon, em reunião com juízes.

Divulgação



Cleones Cunha (e) e magistrados vistoriam obra do Fórum de Matões

Juíza da 1ª Vara de Zé Doca realiza correição

ZÉ DOCA - A juíza da 1ª Vara de Zé Doca, Denise Pedrosa Torres, encerrou segunda-feira (1º) Correição Geral Extraordinária na Serventia Extrajudicial do 1º Ofício da comarca. A ação se deve ao grande número de reclamação relativa ao funcionamento da Serventia Extrajudicial.

Para o trabalho, a magistrada contou com o apoio de equipe formada por secretária judicial, assessor da juíza e analista judiciário da Vara. Aos servidores caberá a elaboração de minuta do Relatório de Correição e Inspeção a ser encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça no prazo máximo de 30 dias.

A medida consta na Portaria nº 22/2012, editada pela magistrada. No documento, Denise Torres determinou a convocação de todos os serventuários do cartório, titulares e/ou que estivessem respondendo ou substituindo, com os títulos de nomeação ou de designação. Ainda de acordo com o documento, durante os trabalhos de correição não foram realizadas audiências na comarca.

A magistrada relata que, desde que chegou à comarca, em março deste ano, chegam à 1ª Vara reclamações relativas à Serventia Extrajudicial; a maioria delas relativas a escrituras públicas (registro de imóveis) que não estão sendo lavradas. Outras reclamações são sobre a cobrança de taxas indevidas.

Novo livro

O escritor, juiz e acadêmico Ney Bello Filho lança hoje, às 19h, na Academia Maranhense de Letras, o seu oitavo livro, “Interlúdio”.

Na nova obra o autor conjuga cinco ensaios sobre pós-modernidade, direito, justiça, religião e liberdade de imprensa.

A temática que dá sequência ao livro é a vida em sociedade, suas modificações e suas construções no mundo de hoje.

Justiça absolve acusado de homicídio em Vitorino Freire

Valteir de Oliveira Silva foi considerado inocente da acusação de ter assassinado o lavrador Antônio Alberico em setembro de 1994

Em júri realizado pela 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire, na quarta-feira (3), o Conselho de Sentença absolveu, por falta de provas, o réu Valteir de Oliveira Silva da acusação de homicídio qualificado contra Antônio Alberico Rocha, de 80 anos, lavrador. O júri teve início às 14h e foi presidido pela titular da vara, juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro.

Segundo o processo, no dia 21 de setembro de 1994, por volta das 10h, no povoado Caldeirão, em Altamira (termo judiciário), Valteir, a cavalo e armado com um revólver calibre 38, teria seguido Antônio Alberico, que se dirigia em um burro ao bairro Vila Miranda. Alcançada a vítima, o réu teria disparado três tiros contra ela, causando-lhe a morte.

Ainda de acordo com processo, o motivo do crime seria vingança, uma vez que os filhos da vítima teriam matado, dois anos antes, o pai do réu. Uma testemunha garantiu ter

visto o réu, a cavalo e armado, se lamentando do crime cometido pelos filhos da vítima. Contudo, a autoria do crime não ficou comprovada.

Briga - Ainda na quarta-feira, pela manhã, Valdemar Dama, lavrador de 47 anos, foi condenado a dois anos e seis meses, em regime aberto, pela tentativa de homicídio contra o também lavrador Raimundo de Jesus da Conceição, o Dinha, de 41 anos.

Conforme os autos, o fato se deu em 16 de abril de 2005, por volta das 12h, em um bar situado no povoado Sapucainha (Vitorino Freire). Na ocasião, a vítima tentava separar uma briga de casal, quando o réu, agarrando-o pelas costas, tentou impedi-lo de interferir. Buscando se desvencilhar, Raimundo teria batido com a mão no rosto de Valdemar, que revidou atirando.

Música - No primeiro dos três

júris promovidos pela 2ª Vara de Vitorino Freire, no dia 27 de setembro, Elias Marcos, o *Pé de Óleo*, de 38 anos, sem profissão definida, foi condenado a seis anos de reclusão, em regime fechado, pelo homicídio de Manoel Celestino da Silva. O réu encontra-se foragido.

Consta da acusação que no dia 5 de março de 1999, por volta das 22h, no povoado Lagoa do Galdino, em Brejo de Areia (termo judiciário), a vítima encontrava-se em um bar com alguns amigos quando o réu chegou. Dirigindo-se ao dono do estabelecimento, Elias teria pedido que ele colocasse para tocar uma fita cassete, no que foi atendido. A vítima teria protestado, pedindo ao dono do bar que voltasse à fita anterior. Acatado o pedido pelo proprietário do estabelecimento, teve início uma discussão entre Manoel e Elias, que teria sacado de uma faca peixeira e desferido um golpe mortal na vítima.

"LEI MARIA DA PENHA"

Juíza Sônia Amaral ministra palestra na Austrália

A juíza Sônia Amaral Fernandes Ribeiro, do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Renascença II, vai ministrar palestra sobre a Lei Maria da Penha (Nº 11.340/ 2006) em Sydney, Austrália, a convite do Banco Mundial para Papua Nova Guiné, Timor-Leste e das Ilhas do Pacífico.

A palestra será realizada durante uma série de eventos sobre o tema central "Violência de Gênero" recepcionados pelo departamento do BM no Pacífico, entre os dias 22 e 26 de outubro. A programação inclui workshops com funcionários de governo, organizações de mulheres e grupos da sociedade civil nas Ilhas Salomão, ligadas à na capital australiana por videoconferência.

Segundo Roberto Aiello, diretor nacional do Banco Mundial, a violência contra a

mulher é considerada uma questão de urgência na região do Pacífico e o evento servirá para o compartilhamento de informações e conhecimentos sobre a violência doméstica, a partir de profissionais de diversas partes do mundo. "Acreditamos, sinceramente, que os participantes vão se beneficiar do conhecimento e experiência da juíza", disse.

PROGRAMAÇÃO - O primeiro dia (23) terá uma oficina visando ao tratamento adequado da legislação sobre a violência de gênero e os caminhos para a defesa das mulheres vítimas. Na quarta-feira (24) a atividade será uma visita o Programa Televisivo "Práxis", que trata sobre a violência de gênero e no último dia (25), haverá reunião com a Agência Australiana para Ajuda de Gênero - AusAID.

CONCURSO**TJMA lança concurso com 31 vagas para juiz substituto**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo CESPE/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado quarta-feira (3) pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150,00. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos.

O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.

VITORINO FREIRE:

Acusado de homicídio é absolvido em Júri promovido pela 2ª Vara

Em júri promovido pela 2ª Vara da comarca de Vitorino Freire, nessa quarta-feira (3), o Conselho de Sentença absolveu, por falta de provas, o réu Valteir de Oliveira Silva da acusação de homicídio qualificado contra Antonio Alberico Rocha, 80 anos, lavrador. O júri teve início às 14h e foi presidido pela titular da vara, juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro.

Segundo o processo, no dia 21 de setembro de 1994, por volta das 10h, no povoado Caldeirão, em Altamira (termo judiciário), Valteir, a cavalo e armado com um revólver calibre 38, teria seguido Antonio Alberico, que se dirigia em um burro ao bairro Vila Miranda. Alcançada a vítima, o réu teria disparado três tiros em Antonio, causando-lhe a morte.

Ainda segundo o processo, o motivo do crime seria vingança, uma vez que os filhos da vítima teriam matado, dois anos antes, o pai do acusado.

Uma testemunha garantiu ter visto o réu, a cavalo e armado, se lamentando do crime cometido pelos filhos da vítima. Contudo, a autoria do crime não ficou comprovada.

Briga - Outros dois Júris levaram ao banco de réus acusados de homicídio e de tentativa de homicídio. Um deles se deu na manhã do dia 3, quando o Conselho de Sentença condenou a dois anos e seis meses, em regime aberto, Valdemar Dama, lavrador, 47 anos, pela tentativa de homicídio contra o também lavrador Raimundo de Jesus da Conceição, 41

anos, o "Dinha".

Conforme os autos, o fato se deu em 16 de abril de 2005, por volta das 12h, em um bar situado no povoado Sapucainha (Vitorino Freire). Na ocasião a vítima tentava separar uma briga de casal, quando o réu, agarrando-o pelas costas, tentou impedi-lo de interferir. Buscando se desvencilhar, Raimundo teria batido com a mão no rosto de Valdemar, que revidou atirando.

Música - No primeiro dos três júris promovidos pela 2ª Vara de Vitorino Freire, no dia 27 de setembro, Elias Marcos, o "Pé de Óleo", 38 anos, sem profissão definida, foi condenado a seis anos de reclusão, em regime fechado, pelo homicídio de Manoel Celestino da Silva. O réu encontra-se foragido.

Consta da acusação que no dia 5 de março de 1999, por volta das 22h, no povoado Lagoa do Galdino, em Brejo de Areia (termo judiciário), a vítima encontrava-se em um bar com alguns amigos quando o réu chegou.

Dirigindo-se ao dono do estabelecimento, Elias teria pedido que ele colocasse para tocar uma fita cassete que ele (Elias) levava para o lugar, no que foi atendido.

Relata o processo que, na ocasião, a vítima teria protestado, pedindo ao dono do bar que voltasse a tocar a fita que anteriormente ouviam. Acatado o pedido pelo proprietário do estabelecimento, teve início uma discussão entre vítima e acusado, quando Elias teria sacado de uma faca peixeira e desferido um golpe mortal em Manoel.

MARANHÃO

Concurso para juiz

Certame promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) oferece 31 vagas. Inscrições terão início dia 9 e salários passam dos R\$ 20 mil

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo Cespe/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida progressa e in-

vestigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos.

O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.

150

reais é o valor cobrado pela taxa de participação no concurso



... Das vagas abertas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão destinadas a candidatos com deficiência

1º JEC de Imperatriz bloqueia mais de R\$ 3 milhões via Bacenjud

Mais de R\$ 3 milhões foram bloqueados, entre fevereiro e julho do corrente ano, pelo 1º Juizado Especial Cível da comarca de Imperatriz. Os bloqueios foram efetivados via Bacenjud, sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet.

Desse total, mais de R\$ 1,5 milhão foram efetivamente transferidos para partes vitoriosas de processos em tramitação na unidade, ou seja, o total de valores recebidos via alvará judicial por

essas partes.

A informação é do juiz Marcos Antônio Oliveira, titular da unidade. Segundo o magistrado, os números traduzem "os esforços da Serventia para dar uma efetiva prestação jurisdicional aos cidadãos, uma vez que o bloqueio feito diretamente na conta bancária do devedor, o autor da ação tem uma maior certeza de ver satisfeito seu direito".

Segundo o juiz, a maioria dos processos que demandaram os bloqueios envolve operadoras de seguro DPVAT, telefonia, planos de saúde, Cemar e bancos.

Marcos Antônio esclarece,

ainda, que, proporcionalmente, os valores registrados em 2012 estão aquém dos bloqueios e transferências realizados em 2011 – R\$ 29.340.334,52 e R\$ 7.424.123,17, respectivamente.

Na avaliação do juiz, os números não representam uma "diminuição dos trabalhos ou redução da demanda. Certamente tivemos uma maior quantidade de pagamentos voluntários por parte dos executados, que não necessitam de bloqueio judicial, e de acordos celebrados nos autos", afirma.

Para o juiz, além de facilitar o trabalho do Judiciário, com economia de tempo e dinheiro,

o bloqueio via Bacenjud garante ao jurisdicionado a efetividade da decisão judicial. Segundo Oliveira, com o bloqueio o Poder Judiciário não precisa pagar diligência. Em casos de concessionárias longe da comarca (a maioria dos casos, diz o juiz), não há a necessidade de enviar Carta Precatória.

Marcos Antonio Oliveira é juiz da unidade desde 2007. Tramitam atualmente no Juizado cerca de seis mil processos, dos quais aproximadamente 2.700 processos físicos. Os 4.300 restantes são processos virtuais (Projudi).

TJ define critérios para preenchimento de vaga de juiz em casos atípicos

INFORME JP – PÁGINA 3

TJ define critérios para preenchimento de vaga de juiz em casos atípicos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou enunciado que define os critérios a serem adotados em casos atípicos, quando um juiz de entrância intermediária, porém atuando em entrância inicial, for removido para outra comarca.

A decisão estabelece que, em havendo remoção antes de promoção por merecimento, e a comarca do removido for de entrância inicial, não haverá nova remoção antes da promoção para nova comarca a ser provida por merecimento.

O TJMA chegou a este entendimento depois de indeferir pedido de impugnação da Associação dos Magistrados do Maranhão. A AMMA pretendia que fosse dada oportunidade de remoção a magistrados interessados na vaga de juiz da 2ª Vara da comarca de São José de Ribamar, de entrância intermediária, antes que fosse preenchida pelo critério de promoção por merecimento.

Por maioria de votos prevaleceu o entendimento do presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior (e também relator), segundo o qual o deferimento do pedido da AMMA implicaria na “remoção de remoção”, vedada por norma do Regimento Interno do tribunal.

■ Pesos diferentes

Há cerca de duas semanas, o Tribunal de Justiça do Estado condenou o prefeito do município de governador Edson Lobão, Lourêncio de Moraes, a um ano e dois meses de prisão e perda do cargo de prefeito.

Lourêncio de Moraes foi acusado de mentir em documento oficial enviado ao Tribunal de Contas do Estado, afirmando que teria encaminhado à Câmara de Vereadores uma cópia da prestação de contas do ano de 2009. O Ministério Público provou que o prefeito havia faltado com a verdade e ele foi condenado pelo crime de falsidade ideológica.

No entanto, o mesmo Tribunal de Justiça, ao analisar o caso do prefeito de São Bento, Luiz Gonzaga Barros, acusado do mesmo crime, de faltar com a verdade em documento enviado ao TCE, decidiu de forma totalmente diferente, livrando Barros da prisão e de perder o cargo de prefeito.

■ Reconhecimento

Através da rede social Facebook, o advogado Rodrigo Lago disse sentir-se honrado com a escolha do seu nome pelo Tribunal de Justiça para compor a lista tríplice do Tribunal Regional Eleitoral.

Lago é um dos novos profissionais do direito eleitoral que vem se destacando pela postura firme e equilibrada dos seus posicionamentos.

Ele assina com o deputado e advogado Rubens Pereira Júnior a ação em que o ex-governador José Reinaldo Tavares pede a cassação do mandato da governadora Roseana Sarney “por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2010”.

Em destaque

A juíza Sônia Amaral Fernandes Ribeiro, do 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Renascença II, vai ministrar palestra sobre a Lei Maria da Penha (Nº 11.340/2006) em Sydney, Austrália, a convite do Banco Mundial para Papua Nova Guiné, Timor-Leste e das Ilhas do Pacífico. A palestra será realizada durante uma série de eventos sobre o tema central “Violência de Gênero” recepcionados pelo departamento do BM no Pacífico, entre os dias 22 e 26 de outubro. A programação inclui workshops com funcionários de governo, organizações de mulheres e grupos da sociedade civil nas Ilhas Salomão, ligadas à capital australiana por vídeo-conferência.

Ticiany Gedeon toma posse como juíza da 2ª Vara de Ribamar

DIVULGAÇÃO

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, titular da comarca de Morros, tomou posse na 2ª Vara de São José de Ribamar (entrância intermediária), para onde foi promovida por merecimento. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, e a juíza, assinaram o ato quarta-feira (3).

Ticiany Gedeon foi promovida em sessão administrativa do TJMA, após disputa com os juízes Paulo de Assis Ribeiro (Guimarães), Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues (Raposa), Edeuly Maia Silva (Anajatuba), Edilza Barros Ferreira Lopes Viegas (Icatu) e Lucio Paulo Fernandes Soares (Humberto de Campos). Venceu a lista tríplice formada pelos juízes Paulo de Assis Ribeiro e Rafaela de Oliveira Saif Rodrigues.

A vaga em Ribamar estava aberta com a promoção da juíza Teresa Cristina de Carvalho Men-



Guerreiro Júnior com Ticiany Gedeon e a mãe da nova juíza de Ribamar

des para juiz auxiliar de entrância final (São Luís).

Carreira – Ticiany Gedeon exerceu a função de juíza auxiliar em várias comarcas. Foi titularizada em 2008, em São Domingos do Maranhão e passou por Monção e Morros, onde ficou até a atual promoção. O presidente Guerreiro Júnior parabenizou a magistrada, e a ela desejou sucesso no novo desafio na magistratura.

TJMA LANÇA CONCURSO COM 31 VAGAS PARA JUIZ SUBSTITUTO

PÁGINA 13

TJMA lança concurso com 31 vagas para juiz substituto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo CESPE/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado quarta-feira (3) pelo presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos. O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.